

Identidade Cultural e (Des)Politização na Sociedade de Risco

Gerardo Clésio Maia Arruda

Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor da Faculdade Christus e de Sociologia e Política da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Diretor Técnico da ONG Agência TEAR.

End.: R. Juiz de Fora, 125. Cidade dos Funcionários. Fortaleza-CE. CEP: 60821-700.

E-mail: clesioarruda@yahoo.com.br

Resumo

A partir o conceito de sociedade de risco, busca-se nesse artigo compreender as transformações das instituições sociais com o objetivo de delinear os elementos atualmente constituintes da construção da identidade cultural. Assim, faz-se aqui uma explicitação da tendência para a diversificação de padrões orientadores dos comportamentos das pessoas que, em última instância, encontram-se cada vez mais autônomas para decidir acerca de seu próprio destino, portanto, para realizar a opção dos valores que irão balizar o seu modo de agir, pensar e sentir.

Para tanto, as dimensões econômica, social, cultural e política são colocadas num mesmo plano de análise, com a intenção de apreender o processo de institucionalização dessas múltiplas referências comportamentais, que se assiste na sociedade contemporânea. Dentre outros fatores, trazem-se à tona, no campo econômico, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir dos anos 1980,

em que se verifica o desaparecimento das atividades rotineiras e, por conseguinte, a ampliação de requisitos que fazem apelo à subjetivação do trabalhador no exercício de suas tarefas; no que se refere a aspectos sociais e culturais, referencia-se a inserção intensiva da mulher no mercado de trabalho, a tendência para a ampliação do número de mulheres que cada vez mais colocam num mesmo patamar a opção de constituir família ou adotar medidas para ampliação de sua competitividade profissional, a deslegitimação da hierarquização que segmenta homem-mulher, velho-jovem, branco-negro, heterossexual-homossexual, o surgimento de novas formas de uniões conjugais, a autonomia do indivíduo na aquisição de elementos formadores de sua crença religiosa; e, no âmbito político, o deslocamento do poder dos grupos tradicionais, da negação de seu fundamento nas disposições secularmente legitimadas e o surgimento e novas arenas de debate e de manifestação de idéias.

Palavras-chave: Sociedade de risco. Identidade cultural. Ambivalência. Incerteza. Subjetividade.

Abstract

Basing on the concept of society of risk, this article has the purpose to comprehend the transformations of social institutions, with the objective of delineated the elements current of construction of cultural identity. Consequently, the tendency for diversification of Standards that orientates the human being behavior is here explained in last stand, it is founded over and over more autonomous for deciding your own destiny, accordingly, to realize the choice of values that will guide the way of acting, felling and thinking.

For that, the economic, social, cultural and politic dimensions are placed in the same analyzing plan; with the intention of apprehend the process of institutionalization of multiple behavior references. In different ways, in the economic field it's showed changes that happen in the world since 1980, that it's certificated the disappear of casual activities and consequently the increase the requirement that appeals to subjectification of the worker while working; refereeing to social and cultural aspects and the intensely inserting of women in the work market and the inclination to amplification of the number of women that are equaling the

base, and the options of family construction or taking manners to increase the professional competition; the invalidation of the hierarchization that target man-woman, elderly- younger, whiteman-blackman, heterosexual-homosexual, the emerge of new ways of marital unions, the autonomy of the individuals in an acquirement of structuring elements from their religious belief; in the politics way the displacement of the power of the traditional groups, in the refusal of this fundament in the arrangement secularity legitimized and the appearance of new arena of discussions and of manifestation of thoughts.

Keywords: Risk society. Cultural identity. Ambivalence. Uncertain. Subjectivity.

1. Introdução: da proibição da ambigüidade a permissibilidade da ambivalência

Acostumada a lidar com **situações de risco** (grifo meu), que muitas vezes põem a sua própria vida em perigo, a delegada Alexandra Medeiros deixou de lado a fama de “durona” e chorou a perda dos amigos. **“Era um policial espetacular, amigo e exemplo de pessoa. Ele tinha três filhas e estava muito feliz com a formatura de uma delas. A gente sabe que a profissão é de alto risco, mas nunca espera por isto”**, comentou a delegada. As lágrimas de Alexandra Medeiros, que está à frente de uma força-tarefa que investiga crimes de execução no Estado, sensibilizaram outros policiais... (Jornal O POVO, 09/02/2008, p. 26).

O texto acima, extraído de matéria jornalística, na sua íntegra, descreve uma ação da força policial do Estado do Ceará, que objetivava combater um assalto praticado por nove delinqüentes num estabelecimento bancário; o embate dos militares com os delinqüentes teve fim trágico, com a morte, no próprio local, de dois membros da corporação.

Um olhar atento sobre o texto é capaz de trazer à tona o estranhamento do jornalista, que parece, ao seu juízo, estar diante de uma contradição no desempenho de papéis sociais. A causa

do estranhamento se encontra no fato de que o tema que levou a matéria a ser destaque do periódico, o da personagem que rompe com a proibição da ambigüidade, ao promover a combinação de papéis que são socialmente compreendidos como mutuamente exclusivos, vai de encontro ao imaginário coletivo da sociedade brasileira; dado que ainda distingue a personalidade do policial como a do indivíduo dotado de uma força física e emocional inquebrantável, seja no exercício da profissão ou em outras dimensões da vida cotidiana, e a da mulher como aquela que não se envergonha de dar demonstrações de afetividade, e que, verdadeiramente, se compadece com a desgraça alheia.

Onde o jornalista enxergou uma contradição transcorreu uma situação permeada de ambivalência, que se dissemina largamente na vida social contemporânea e alcança todas as dimensões da sociabilidade humana. Mas, o senso-comum, intencionado na acomodação das coisas como elas são, poderia objetar que não há aí nenhuma novidade e argumentaria: **Ora, Vejam! A delegada não é tão “durona” como aparenta ser, é, na verdade, apenas uma mulher que chora.** A complexidade do ser social que a matéria traz à tona está muito além de uma querela simples que define o delegado como o insensível e a mulher como a passional, pois a personagem focalizada corrompe os papéis sociais quando, ao invés de promover uma simples fusão, demonstra a emergência do indivíduo que diverge dos padrões institucionalmente elaborados e promove uma “relativização radical”. A reportagem explícita de uma só tacada a existência de uma policial que conhece a atividade que exerce e é consciente dos seus riscos, mas chora a morte do colega; uma mulher que admira um homem, morto no exercício de seu trabalho, que é um pai que se regozija com os feitos das filhas, mas ela se apresenta como uma mulher que opta por uma profissão de alto risco, quase impeditiva para quem almeja constituir família; uma policial que comanda a investigação de delitos cometidos por colegas e, como sempre acontece nestes casos, enfrenta a ira corporativista de seus pares, mas comove outros membros da corporação, ao demonstrar sua afetividade por um colega de trabalho.

Na matéria jornalística o termo **situação de risco** é adotado para definir o trabalho do policial como sendo constituído de

práticas que põe a pessoa em constantes momentos que atentam contra a sua vida; na verdade, este sentido está plenamente ajustado à compreensão de dramas pautados em relações sociais que pressupõem papéis claramente delimitados. Porém, a delegada se encontra em uma **situação de risco** que está aquém e além da esfera do trabalho, dado que é ela a responsável pela condução da sua vida cotidiana, na medida em que pode e decide acerca de ser delegada ou outra categoria profissional qualquer, ser ou não esposa e mãe, diligenciar ou não ações ímprobas praticadas por seus pares, chorar ou não publicamente. Enfim, **situação de risco** está aqui entendida como um termo que denota uma pessoa mais centrada em si do que nos outros ao delinear a sua biografia.

A observação do mundo vivido se depara cada vez mais com estruturas que comportam formas, funções e valores diversos em todas as dimensões da sociedade industrial moderna. Por outro lado, alguns fatos parecem apontar para o recrudescimento de um sistema social que busca suprimir totalmente a existência da ambigüidade, na medida em que são marcados por conflitos que se entrincheiram na defesa daquilo que é ou do que não é, do possível ou do impossível. Isso leva às vezes a crença de que vivemos um mundo social que parece retroceder, quando se assiste às demonstrações de resistências de cunho ético-religiosas fundamentalistas aos avanços técnico-científicos; todavia, em outras ocasiões, tais conflitos parecem querer mostrar que o mundo avança resolutivo na direção da construção de um sistema social completamente novo, é o que se verifica com a legitimação jurídica de comportamentos tabus como a união conjugal de pessoas do mesmo sexo e a legalização do aborto em país de maioria católica, como ocorreu recentemente em Portugal.

As reflexões produzidas até então acerca deste mundo social que se descortina atualmente não são nada conclusivas, o que induz a se pensar que a crítica social encontra-se a deriva, que, aliás, não deixa de ser uma meia verdade; mas, parodiando Sérgio Rouanet (1993), pode-se dizer que o pensamento até agora acumulado comprova que o mal-estar na modernidade tornou-se crônico. E como afirma Pedro Hespanha (2003), as designações adotadas para definir a fase da sociedade atual podem divergir (modernidade tardia, pós-modernidade, sociedade global, sociedade do conhecimento e da

informação, etc.), porém, todas compartilham o fato de que se vive atualmente num mundo de incertezas, do paradoxo e do risco.

2. As incertezas da modernidade complexa

Após a Segunda Grande Guerra, as empresas consolidaram o modelo organizacional, iniciado com o surgimento da grande indústria, que é alicerçado num sistema de trabalho dividido em tarefas simples e rotineiras. Dentre outras características, destaca-se, neste tipo de organização da produção e do trabalho, a preponderância de elevados estoques de matérias-primas e a produção em larga escala de mercadorias, que objetiva o atendimento de um consumo massivo e padronizado e, também, a formação de estoque regulador e especulativo; outra característica essencial desse modelo é a realização de um planejamento direcionado para o médio e o longo prazo.

A retração econômica mundial, que interrompeu o histórico de trinta anos de crescimento, motivada pela crise energética que se estabeleceu com o aumento substancial do preço do petróleo nos anos 1970, induziu as empresas a engendram alternativas tecnológicas e organizacionais, nas duas décadas seguintes, que fizeram emergir um sistema de produção de características flexíveis que se opôs à hegemonia do modelo rígido até então largamente adotado.

Como sintetiza Stephen Wood (1993), analisando-se os processos de trabalho taylorista/fordista e o flexível, observam-se divergências cruciais tanto no gerenciamento da produção como nos recursos humanos, assim como, nos aspectos referentes ao controle da qualidade do produto, que nos modelos rígidos é uma atividade especializada e executada em partes do processo produtivo, e no modelo flexível é uma atividade completamente descentralizada e operacionalizada por todos os trabalhadores participantes da produção. Também a natureza do trabalho assume características completamente opostas nos dois modelos, enquanto nos rígidos é exacerbadamente especializada, no flexível é composta por múltiplas funções ou tarefas. Para David Harvey (1992), as transformações ocorridas no interior das organizações se estendem para outras dimensões da vida cotidiana:

As décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começaram a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta. (Harvey, 1992, p. 140).

A produção de mercadorias assentada na adoção radicalmente intensiva de tecnologia passa a modificar velozmente os padrões que orientam as próprias empresas e, por consequência, Estados e indivíduos. A efemeridade dos elementos que se constituem em referências que normalizam o papel dos agentes econômicos e sociais os finda destituídos de signos hegemônicos capazes de nortear seus comportamentos. E o resultado da acentuação deste processo é o abalo das certezas acerca de questões basilares da sociedade de mercado, tais como: o que define uma empresa competitiva? Quais os requisitos e competências necessárias ao trabalhador? Onde alocar os recursos públicos para promover uma regulação do desenvolvimento?

A sensação aí provocada, por este movimento encetado pelas empresas, que se ancora nos marcos reguladores do próprio sistema de mercado, é de ruptura. Assistiu-se, nos últimos vinte anos, ao abalo de um mundo alicerçado em sólidas estruturas, norteados por um tipo de sociabilidade que colocava os Estados-Nações apartados em ideologias claramente definidas, em que a incerteza restringia-se ao espectro da terceira guerra mundial que pairava sobre a humanidade, levando-a a se pensar sempre próxima do fim iminente. Porém, deve-se considerar que o constante embate travado entre o institucionalizado e o que quer se institucionalizar – a luta das forças da inovação com as da tradição – é o que torna o capitalismo um sistema distinto de todos os sistemas sociais anteriormente vividos. Fenômeno explicitado por Karl Marx, quando afirma que:

A burguesia não pode existir sem continuamente revolucionar os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto, todo o conjunto das relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, ao contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. A contínua revolução da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas. (Marx, 2008, p. 48).

Estes prolegômenos indicam a inevitabilidade de se colocar num mesmo plano, ao se analisar a crise da sociedade contemporânea, as dimensões da economia, da política e da cultura. Mas, ainda focando inicialmente o sistema econômico, vale fazer uma incursão nos fundamentos que regulam a concorrência entre as empresas, com o intuito de apreender as diretrizes gerais do seu funcionamento.

Os insumos de produção se constituem num dos pilares em que se assenta a concorrência praticada entre as empresas, por isso elas buscam um fornecimento constante e de baixo custo, a melhoria do seu aproveitamento e a procura, na natureza, de materiais orgânicos alternativos; como segundo fator, pode-se mencionar a tentativa de ampliação da produtividade, obtida por intermédio do desenvolvimento ou da aquisição de novas máquinas e equipamentos, com o objetivo de aumentar a velocidade da produção, e da adoção de novas técnicas organizacionais, com a intenção de promover o aumento da força coletiva de trabalho; como terceiro fator, tem-se a indução da ampliação do consumo, através da criação de necessidades em novos mercados dos produtos e serviços já existentes e da constante renovação de seu interesse nos mercados já conquistados; e, por fim, a concorrência

das organizações também se alicerça na dinamização da rede de relações em que a empresa está inserida, efetivada na adoção de tecnologias de comunicação direcionada para o aumento do volume de informações transacionadas e para a redução do tempo de contato entre as empresas, seus fornecedores e clientes. As empresas se ancoram nesses elementos quando travam sua luta concorrencial; e, desta forma, revolucionam incessantemente o modo de produção, através de mudanças estruturais, processo que Schumpeter (1984) denominou de **destruição criativa**.

Ao realizar a **destruição criativa**, através da busca permanente em promover novas estruturas em detrimento das anteriores, o sistema capitalista provoca mudança de padrões e normas; e isto que o constitui como um corpo marcado pela eterna mutação, também se reflete sobre o campo da política e da cultura.

Por isto, ao se discutir a crise do sistema de mercado, é-se inevitavelmente remetido para o âmbito da política, principalmente, para a questão da “ingovernabilidade” do Estado capitalista. Discussão esta que, como lembra Claus Offe (1984), dominou a agenda acadêmica dos anos 1960, mas que não se findou e vez ou outra é retomada de forma revigorada.

Os trinta anos gloriosos, que se estendeu do final da Segunda Grande Guerra até meados dos anos 1970, proporcionou às economias centrais uma combinação de aumento do lucro das empresas com a melhoria das condições de sobrevivência dos trabalhadores. Isto foi possível devido à adoção das idéias de John Maynard Keynes e de Henry Ford, que perceberam que a aceleração da produção de mercadorias ocasionada pelo modelo organizacional taylorista necessitava de uma contrapartida de consumo, que se efetivaria com o aumento da capacidade dos trabalhadores em adquirir mercadorias e serviços. Mas este equilíbrio só foi possível ante a formação de um sindicato forte e um Estado regulador. Como assevera Alan Lipietz (1991), estes são os princípios do compromisso fordista, base sobre a qual se erigiu o Estado de bem-estar social. Tal modelo de acumulação, que garantia a participação dos trabalhadores nos ganhos de produtividade, emudeceu, na academia, o pensamento à esquerda e, por conseguinte, a crítica defensora da superação da sociedade de mercado e dos sistemas político e cultural-ideológico correspondentes.

Mas, com a crise do trabalho, refletido nas altas taxas de desemprego que abalaram os anos 1980, e o endividamento público, que colocou sob suspeita a sustentação dos Estados-previdenciários, se reascendeu o debate que tenta distinguir qual a forma e o regime político capazes de promover bem-estar social.

Em síntese, como resposta à crise da sociedade ocidental capitalista do final do século XIX e início do século XX, emergiu o ideal totalitário do nazismo e do stalinismo, que se confrontou com o pensamento hegemônico do liberalismo, deste confronto de idéias opostas se erigiu as bases instituidoras do fordismo-keynesiano ou do Estado-previdenciário. Atualmente, não há alternativas claramente postas à humanidade; porém, resta o alento de que, cada vez mais, espíritos se incorporam a este debate. O contexto da crise contemporânea guarda particularidades que a distinguem fundamentalmente daquela vivida no capitalismo liberal; contudo, como afirma OFFE (1984, pg. 237), aqueles “que sempre reconheceram na modernização política em direção à democracia social um caminho para sair da crise, parecem estar teórica e politicamente somando pontos a seu favor”.

Provavelmente, o que mais reflita o momento atual da crise vivida na democracia capitalista seja a desconfiança dos eleitores no sistema representativo. A representação política é hoje questionada quanto a sua legitimidade na defesa dos interesses dos cidadãos que vêem neste sistema a forma de fazer valer seus desejos de mudança do *establishment* e, assim, participar ativamente da mudança social. Isso é percebido no vai e vem das tendências eleitorais à esquerda e à direita ocorridas mundialmente de uma disputa para outra. Discursos eleitorais assentados em políticas fiscais e sociais de alcance popular são logo abandonados, o que tem borrado ideologias e tornado as gestões governamentais similares. Enfim, há um clamor global desenvolvimentista não satisfeito.

Claus Offe (1984) aponta que, para a crítica conservadora, as bases do fracasso do Estado se devem à impossibilidade de se atender às elevadas expectativas. Encontra-se aí um dilema: o Estado não dispõe de poderes legais de intervenção para atender tais expectativas e dotá-lo deste poder significa abolir garantias jurídicas que limitam o poder estatal. Como, então, manter as li-

berdades políticas e econômicas já conquistadas e, ao mesmo tempo, empoderar o gestor público para executar o programa político que o alçou ao poder?

Vale ressaltar que Claus Offe levanta estas questões tomando como referencia as economias centrais do capitalismo contemporâneo, portanto, poder-se-ia questionar até que ponto este argumento tem sustentação para as economias semi-periféricas e periféricas. Tal questão demanda um aprofundamento que passaria, inclusive, pela contextualização de elementos pertinentes a cada formação social específica. Porém, não se pode deixar de considerar que, **grosso modo**, o que se coloca como alternativa conservadora para a geração de bem-estar social nos países centrais é, também, proposta para aqueles que se encontram à margem destes; como, por exemplo, a transferência de serviços do Estado para o setor privado (a privatização) e a produção de controles e de valores sociais que funcionem como colchões amortecedores, como por exemplo, o trabalho voluntariado e a idealização de que as oportunidades existem para aqueles que são competentes e competitivos.

Mas Claus Offe, em outro momento de sua reflexão, levanta uma questão mais incisiva do que aquelas presentes na crítica conservadora e salienta que a **ingovernabilidade** se trata de algo que está para além de um problema técnico, portanto, não se restringe somente a uma inflação de expectativas ocasionadas pela disputa dos partidos políticos. De sorte que, na sociedade capitalista industrial a **ingovernabilidade** é resultado da luta política para fazer valer os interesses antagônicos da reprodução do trabalho e do capital.

Por sua vez, Anthony Giddens (2001), ao refletir acerca da política contemporânea, tendo como pressuposto a destruição criativa como um movimento intrínseco ao sistema capitalista, se remete para a cultura e salienta a ocorrência de uma “destradiconalização”. Já Emile Durkheim (2003), na passagem do século XIX para o século XX, anotou o caráter efêmero da normalização da sociedade de mercado e, ao explicar o comportamento das pessoas através do controle social (moral), recorreu à economia, imputando ao seu contínuo processo de expansão o motivo que induz as pessoas a um modo de vida sem regras. Para Durkheim

(2003, pg. 276), aí se encontra a causa que prende os indivíduos num eterno estado de crise, na medida em que se está “ansioso por coisas novas, por prazeres ignorados, por sensações desconhecidas, mas que perdem todo o sabor a partir do momento em que se tornam conhecidas”.

A observação de Émile Durkheim se apóia na sociedade industrial do início do século XX; já Antony Giddens toma como referência a que está situada no outro extremo do mesmo século, por isto enxerga conteúdos que colocam em xeque instituições que antecedem o surgimento da grande indústria e permaneceram incólumes até então: a vida familiar, por exemplo. Os pensamentos de Durkheim e Giddens buscam demonstrar a inexorabilidade de que na sociedade industrial o indivíduo e as instituições tendem permanentemente a um estado de crise, como resultado da expansão dos mercados que se reflete de alguma maneira nas normas e valores sociais vigentes.

Ao trilhar um caminho próximo ao de Anthony Giddens, Ulrich Beck (1997) assevera que não é a crise do sistema capitalista a causa das transformações das instituições da sociedade industrial, dado que estas transformações derivam do seu próprio sucesso. O que se vive, agora, é uma radicalização da modernização que inaugura uma nova etapa: a modernização reflexiva. A destruição criativa, para além de uma readequação, melhoria ou substituição das matérias-primas, das formas de organização da produção e do trabalho e das redes de interesses das empresas, se tornou o móvel da destruição não de uma tecnologia específica ou de um setor da economia; mas, sim, de toda a sociedade industrial, e, na medida em que promove a erosão da forma e função de suas instituições, constrói uma nova sociedade. O que se assiste agora não foi objeto de preocupação das análises funcionalistas e nem das reflexões marxistas. Isto porque o desenvolvimento acelerado da sociedade industrial “está se transformando em uma nova sociedade sem a explosão primeva de uma revolução, sobrepondo-se a discussões e decisões políticas de parlamentos e governos.” (Beck, 1997, p. 13).

Esta nova sociedade, que se edifica por sobre os escombros

das instituições da sociedade industrial, demolidas pela obsolescência promovida pelo seu próprio dinamismo, Ulrich Bech denomina de sociedade de risco. Em última instância, o que este conceito designa é que já são reais as ameaças gestadas no cerne do processo de desenvolvimento do capitalismo industrial.

Os recursos naturais exauridos com o crescimento contínuo da demanda de energia e de matérias-primas colocam o sistema de produção industrial numa encruzilhada, dado que o seu funcionamento está baseado na concorrência que impulsiona as organizações para uma relação permanente com a natureza; a questão que está colocada para a sociedade industrial é: como continuar transformando a natureza que já dá sinais inequívocos de esgotamento? Enfim, como manter o progresso permanente, base do lucro, sem uma correspondente fonte de energia e matérias-primas, base da produção geradora do lucro?

As ameaças não se restringem a exaustão dos elementos da natureza, pois são também de ordem cultural. A tendência para o crescimento populacional negativo é acompanhada do avanço de novas formas de uniões estabelecidas entre as pessoas em detrimento daquela que constitui a família nuclear, de onde se origina a oferta de força de trabalho e de consumo. Esta tendência associada à consolidação da participação ativa da mulher no mercado de trabalho destrói a estrutura na qual se edifica a forma de poder vigente, ao elaborar uma nova hierarquização e delimitação dos papéis sociais, portanto, do modo de agir de homens, mulheres, idosos, adultos e jovens.

É a soma desses elementos que perpassam o campo econômico, cultural e político que induz Hall (2006, pg. 07), quando problematiza a questão da identidade, a salientar que o argumento de que se vive uma “crise de identidade” sustenta que a humanidade está experimentando uma perda das referências orientadoras dos comportamentos das pessoas, como resultado das mudanças estruturais da sociedade moderna.

3. Hierarquia e poder na sociedade de risco

Junto com a perda da hegemonia do trabalho padronizado, que cede espaço para o trabalho flexível, vêem-se sinais da exis-

tência de um recuo da predominância da crescente objetivação do trabalhador. De sorte que, o trabalhador autômato parece caminhar para a extinção; ou, pelo menos, tende a se tornar secundário aquele tipo irrepreensivelmente descrito por Charles Chaplin, no filme *Tempos Modernos*, que num período denotava se estender para todos os setores de produção de mercadorias, inclusive de serviços, como nos restaurantes do tipo *fast-food*, em que a consecução do produto passou a ser realizada em uma curta linha de produção, com etapas bem definidas e especializadas, objetivando a redução dos tempos mortos e a maximização da produtividade entre a ordem de produção dada e a entrega da mercadoria ao cliente.

O setor bancário é um exemplo típico dessa tendência à subjetivação do trabalhador. Em pesquisa que contemplou o período que se estendeu de 1989 a 1995, e buscou constatar as mudanças no trabalho das agências bancárias brasileiras, Cerqueira e Amorim (1997) indicaram que, já na primeira metade dos anos 90, este setor investiu massivamente em tecnologia, adotando principalmente a automação e novos sistemas de telecomunicação, que permitiram o desenvolvimento de atendimentos ao cliente através de sistemas *online*, serviços de auto-atendimento e agências virtuais. O recrudescimento desta transformação no setor bancário nas décadas seguintes acarretou no desaparecimento de uma série de atividades rotineiras, que redundaram na supressão dos trabalhos simples e consolidaram uma oferta de postos de trabalho demandantes de uma maior qualificação; provocaram uma diminuição do número de trabalhadores ligados a serviços internos (escriturários e auxiliares) e uma ampliação no número de gerentes, atividade que por sua característica requer para o seu exercício os requisitos de criatividade, iniciativa e decisão.

O constante aperfeiçoamento da base técnica da produção está implicando numa radicalização da simplificação das tarefas, de tal maneira que grande parte delas está alcançando um limite que permite a retirada total da participação do homem em sua execução e possibilita a transferência da responsabilidade plena de sua elaboração para o sistema organizacional e para as máquinas. Em última instância, isto implica no fato de que a fronteira entre as atividades de planejamento e de execução é cada vez mais tênue, na medida em que as tarefas manuais são subsumidas ou

transferidas para outros postos de trabalho, dando origem a ocupações que demandam simultaneamente o dispêndio de esforço físico e mental. Este movimento que extingue o trabalho autômato e preserva e amplia postos de trabalho que requerem capacidade decisória e imaginativa recrudescer a substituição, no sistema produtivo, da força humana pela do maquinário. Porém, isto que é a causa da diminuição de vagas e do aumento da competitividade no mercado de trabalho, é, também, o que fundamenta a crescente ampliação da participação feminina na ocupação dos postos de trabalho ofertados pelas empresas, na medida em que o requisito vigor físico cede espaço para fatores cognitivos; tal causa foi – e está sendo – corroborada pela maior escolarização das mulheres em algumas sociedades.

À proporção que ocorre uma equidade de participação dos sexos no mercado de trabalho não só em termos quantitativos, mas, também, no que se refere ao desempenho e à construção de uma carreira de sucesso, que implica em planejamento, estabelecimento de metas e ações estratégicas, mais e mais mulheres se postarão diante da decisão de constituir ou não uma família. No entendimento de Beck (1997), isso fragiliza a instituição casamento que, por sua vez, vai de encontro a um dos pilares fundadores da sociedade industrial clássica: a classe social. Uma vez que, a classe social é constituída pela soma das famílias nucleares, estruturadas a partir da divisão do trabalho do homem e da mulher, sob a qual se erigiu a definição dos papéis sociais.

Essa situação, em que homens e mulheres optam por um estilo de vida à margem da família nuclear, para Ulrich Beck, redundam em um tipo de condução de vida que põe o indivíduo como o produtor exclusivo de sua biografia e o transforma num iconoclasta que delinea um comportamento que pode ser conforme ou não às determinações inscritas na tradição. Está-se, assim, diante de um indivíduo que tece a sua rede de relações sociais e, portanto, que é o principal partícipe da sua própria identidade.

Complementarmente a esta situação de vida apontada por Ulrich Beck, saliento a instituição de unidades familiares formadas por homens e filhos, mulheres e filhos, homens e mulheres e mulheres e mulheres com ou sem filhos. Mesmo que consideremos

estas novas formas de união como variações do padrão clássico familiar, acredito que elas também estabelecem uma conduta de vida estranha à da sociedade industrial, na medida em que constituem unidades decididamente pactuadas sem a observância dos papéis sociais tradicionais. Tal conduta reforça a tendência para a multiplicidade de referências sob as quais o indivíduo se erige como autor essencial de seu destino.

Ao analisar as fissuras nas bases da família patriarcal norte-americana, Manuel Castells (1999), enfoca os movimentos sociais feministas e das minorias gays, que impactaram a cultura deste país nos anos 60. O autor é peremptório em sua afirmação de que a família patriarcal está em crise e aponta como evidências os índices que indicam aumento do divórcio, da violência familiar, de filhos nascidos fora do casamento, de casais gays e de pessoas que optam pela vida solitária. A consolidação desta tendência abalou o privilégio masculino de provedor da família, que encontra legitimidade em dogmas religiosos, atingindo, sobremaneira, o patriarcalismo em seu aspecto material e ideológico; além do que, se tornou a causa principal do fundamentalismo cristão dos anos 80 e 90. Em suas observações, Manuel Castells, chama ainda a atenção para o fato de que:

Existe ainda algo mais, compartilhado por homens, mulheres e crianças. Um temor profundamente arraigado pelo desconhecido, em especial assustador quando isso diz respeito ao cotidiano da vida pessoal. Incapazes de viver sob a égide do patriarcalismo secular, mas apavorados com a solidão e a incerteza presentes em uma sociedade tremendamente competitiva e individualista, em que a família, como mito e realidade, representava o único abrigo seguro, muitos homens, mulheres e crianças rogam a Deus que os traga de volta ao estado de inocência em que podiam viver satisfeitos com o patriarcalismo benevolente, de acordo com a lei de Deus. Ao rezarem juntas, essas pessoas se tornam capazes de conviver outra vez. Justamente por essa razão, o fundamentalismo cristão norte-americano está profundamente marcado pelas características culturais do país, seu individualismo amparado na família, seu pragmatismo e seu

relacionamento personalizado com Deus, como também com os desígnios de Deus, como uma forma de solucionar os problemas pessoais em uma vida cada vez mais imprevisível e incontrolável. (Castells, 1999, p. 43)

Vale ainda ressaltar que o alargamento das expectativas do agir em relação ao outro vivido pela humanidade foi causado, em primeira instância, pela superação do tipo de vida citadino em confrontação ao tipo de vida rural, impulsionado pelo surgimento das metrópoles industriais e de serviços. A hegemonia da coletividade humana densa e suficientemente heterogênea, que é o que caracteriza o complexo urbano, provocou a aparição de um novo tipo de cultura, ou seja, de um comportamento humano fundado no “anonimato, isolamento, relações instrumentais, (...), diversidade e frugalidade dos papéis sociais, abrandamento dos laços familiares e concorrência individualista.” (Castells, 1975, p. 29).

Na segunda metade do século XX, as características da vida metropolitana foram potencializadas com a expansão dos mercados e o encurtamento das distâncias possibilitadas pelas inovações tecnológicas na área do transporte e da comunicação, que permitiram a ascensão dos cidadãos locais à condição de cidadãos do mundo. Não se faz mais necessário ser uma pessoa viajada para adquirir conhecimentos acerca das culturas de comunidades alhures, pois suas manifestações por intermédio de imagens, textos e mesmo do diálogo refletem-se sobre o indivíduo cada vez mais intensivamente, pondo-o diante de uma infinidade de formas de agir, pensar e sentir. O indivíduo enquanto “pro-jeto”, como fazer-se diante das possibilidades que se lhes apresentam, está lançado atualmente num mundo social alicerçado sobre um espaço físico consentâneo à totalidade do espaço terrestre.

No rastro das inovações tecnológicas da comunicação, assiste-se a uma profusão das relações sociais tecidas nos sítios virtuais de relacionamentos existentes na **internet**, que se constituem também em espaços para a consecução de condutas corruptoras das estruturas próprias da sociedade industrial. A interação social que aí se realiza não é balizada pelas referências edificadoras das fronteiras que segmentam os grupos por sexo, faixa etária, renda, estado civil, preferência sexual, cor, nacionalida-

de. Em meio às irracionalidades, mais frequentemente destacadas pelos meios de comunicação, como os casos de pedofilia, ensaiase nos sítios virtuais um deslocamento da forma de hierarquização das relações sociais que situa em patamares distintos de poder homens e mulheres, velhos e jovens, heterossexuais e homossexuais, brancos e negros, os nascidos no norte e os nascidos no sul. O que ocorre nas interações sociais virtualmente praticadas é o não reconhecimento da legitimação secularmente construída dos elementos que atribuem **status** a determinados membros e grupos da sociedade industrial. Além do que, a dimensão do relacionamento virtual se constitui num espaço em que se pode ensaiar a incorporação de múltiplas identidades.

A comunicação virtual no espaço do mundo do trabalho também constrói um novo tipo de interação paralelamente ao tradicional, que se entrelaça na forma de elos e, na medida em que os cargos são limitados acima e abaixo em suas tarefas, deveres e responsabilidades, edificam uma corrente verticalmente disposta. O novo tipo, que possibilita a informação vinda dos departamentos superiores indistintamente para todos os estratos funcionais abaixo, impede a retenção de parte ou de todo o conteúdo da informação e promove uma aproximação das funções em termos de detenção do conhecimento acerca das diretrizes organizacionais; também, torna possível a participação opinativa de forma direta dos funcionários situados no extremo inferior da corrente hierárquica, sem que haja a representação dos funcionários intermediários. Se ainda não se constituiu uma imagem da organização na forma de círculo em substituição à da corrente, é já hegemônico o modelo organizacional em que são cada vez menores as distâncias entre os estratos superiores e inferiores da hierarquia funcional.

A participação cada vez mais elevada de pessoas que cotidianamente, ao se relacionarem, deslegitimam a hierarquização vigente na vida social, remete para a seguinte questão: estes indivíduos submetidos à prática de relações sociais virtuais horizontalmente hierarquizadas a tornarão extensivas a todas as dimensões de suas sociabilidades? A concretização desta hipótese corroboraria com a falência das categorias das situações de vida tradicionais, na medida em que estariam sendo acrescentados novos fatores capazes de promover a aceleração de

alguns processos já evidenciados, como o desmoronamento das identidades, seguras e coerentes, típicas da moderna sociedade industrial, enquanto resultado do fato de que os papéis sociais são cada vez mais borrados. Em suma, abundam os elementos que corroboram para a experiência de um alargamento espetacular das significações e representações culturais; de sorte que, como afirma Hall (2006, pg. 13), “somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente”.

4. Para concluir: a emergência do sujeito político ambivalente

Os indivíduos se encontram, contemporaneamente, diante de múltiplas possibilidades de decisões que podem ser eleitas como a melhor ou a mais adequada opção no enfrentamento dos problemas cotidianos, o mesmo pode ser dito dos agentes que constituem o mercado e o Estado; vive-se uma época marcada pela existência de inumeráveis posições e contraposições, que afirmam e negam veementemente os fundamentos técnico-científicos legitimadores da sociedade industrial e do progresso, como visto no embate de proposições de enfrentamento da questão ambiental; consolidou-se um mundo em que os riscos são locais e globais, explicitados nas pandemias como à da gripe aviária, em que a poucos dias da confirmação de seu diagnóstico, no continente asiático, ocorreram suspeitas no Canadá e no Brasil, simultaneamente. Este quadro reforça a idéia de que a incerteza é a substância da sociedade de risco; não é exagero afirmar, portanto, que nela tudo é imprevisível.

É na imprevisibilidade localizada em todas as dimensões da vida humana que se erige a ambigüidade que se percebe tanto nas ações dos indivíduos como nos movimentos das instituições. Porém, apesar disto apontar para o fato de que as pessoas parecem estar se desvencilhando dos imperativos comportamentais das estruturas, não se pode afirmar que isto esteja ocorrendo em sua plenitude, pois elas ainda existem e não há nada no horizonte que possa garantir o seu desaparecimento por completo; ainda nos deparamos com famílias e religiões e, provavelmente, deveremos nos confrontar com elas por um longo tempo. E, principalmente,

importa considerar que a falência de algumas instituições não significa a emergência de um Eu não enredado em um Nós, mas sim que o indivíduo sai de um enraizamento em algumas estruturas para um múltiplo cotejamento de interações que contempla o outro muito, razoavelmente ou quase não mediado pelas estruturas.

Tomando a religião como exemplo, o indivíduo pode hoje, sem nenhum ou com frágil constrangimento, crer em partes de uma seita, refutar outras partes, mesclá-las a crenças retiradas de outras seitas e com isto montar um mosaico religioso particular. Neste exercício de negação e afirmação de dogmas e imperativos éticos religiosos, o indivíduo experimenta uma transcendência na direção de uma autonomia para decidir acerca de quais são os valores que devem funcionar como orientadores do seu modo de agir e de pensar; em última instância, tal atitude implica na conquista de uma liberdade para decidir sobre o seu próprio destino. Poder-se-ia contrapor que, na verdade, o indivíduo sai de uma “armadilha” para cair numa outra, mas aqui se deve considerar que, ao juntar trechos de textos religiosos, ele se torna o protagonista de um texto único que a seu juízo pode ir de encontro à própria armadilha, adequando-a as suas necessidades conjunturais; enfim, o indivíduo detém o poder de desvendá-la, transformá-la, quando assim o desejar, ou mesmo suprimi-la.

Norbert Elias (1994) descreve este momento em que a sociedade se encontra, como sendo caracteristicamente marcado pelo afastamento dos grupos de consangüinidade e dos grupos próximos. Para este autor, como resultado do processo civilizador, juntamente com a transferência da proteção e do controle do indivíduo realizada pelos pequenos grupos (a tribo, o feudo, a guilda) para Estados centralizados e urbanizados ocorre também uma ampliação da autonomia do indivíduo:

À medida que essa transferência avança, as pessoas isoladas, uma vez adultas, deixam mais e mais para trás os grupos locais próximos, baseados na consangüinidade. A coesão dos grupos rompe-se à medida que perdem suas funções protetoras e de controle. E, nas sociedades estatais maiores, centralizadas e urbanizadas, o indivíduo tem que batalhar muito mais por si. A mobilidade das pessoas, no sentido espacial e social aumenta. Seu

envolvimento com a família, o grupo de parentesco, a comunidade local e outros grupos dessa natureza, antes inescapável pela vida inteira, vê-se reduzido. Elas têm menos necessidade de adaptar seu comportamento, metas e ideais à vida de tais grupos, ou de se identificar automaticamente com eles. Dependem menos deles no tocante à proteção física, ou sustento, ao emprego, à proteção de bens herdados ou adquiridos, ou à ajuda, orientação e tomada de decisão. Isso acontece, a princípio, em grupos limitados e especiais, mas se estende gradativamente, ao longo dos séculos, a setores mais amplos da população, até mesmo nas áreas rurais. E, à medida que os indivíduos deixam para trás os grupos pré-estatais estreitamente aparentados, dentro das sociedades nacionais cada vez mais complexas, eles se descobrem diante de um número crescente de opções. Mas também **têm** que decidir muito mais por si. Não apenas **podem** como **devem** ser mais autônomos. Quanto a isso, não têm opção. (Elias, 1994, p. 102).

Numa outra perspectiva, pode-se dizer que o projeto da moderna civilização ocidental busca realizar a promessa da garantia da segurança do indivíduo em relação aos perigos da natureza, a ameaça dos outros homens e a ira divina, mas em troca impõe aos indivíduos um cerceamento, por vezes rigoroso, de seus desejos, é o que esclarece Zygmunt Bauman (2000, pg. 24), apoiado no pensamento de Sigmund Freud: “os instintos são controlados ou totalmente reprimidos – o que é uma infelicidade cheia de desconforto físico, neurose e revolta.” Em publicação posterior, Bauman (2003) amplia a discussão e defende que o sofrimento do homem contemporâneo não está ancorado na abdição da segurança ou da liberdade e sentencia que não é possível nos afirmarmos como seres humanos escolhendo um desses valores em detrimento do outro, pois são igualmente preciosos e desejados, embora de difícil equilíbrio e de ajuste em suas quantidades.

O que foi discutido até aqui remete à assertiva de que não deveria causar estranheza a sensação de inocuidade da forma de representação política tradicional; pois, como é possível a representação de um coletivo marcado pela multiplicidade de valores e de ideologias, aliás, de valores e ideologias cambiantes. É um equívoco afirmar que as pessoas estão cada vez mais desinteressadas da política; a política institucional, esta sim, é que está desinteressada das pessoas, na

medida em que perdeu – e em que políticos e partidos não fazem a menor questão de reverter esta situação – a sua capacidade de exercer atratividade. Os seus mecanismos de funcionamento adequados à modernidade industrial, à sociedade especializada, que não admite a ambigüidade, entram em conflito com as demandas provenientes da modernidade ambivalente. Como defende Ulrich Bech (1997, pg. 22), “os procedimentos de decisão política (como o princípio da maioria) não são adequados para compreender ou legitimar este retorno da incerteza e da falta de controle.”

Contrário ao que é corrente no senso-comum, as pessoas estão politicamente ativas. Na verdade, participam de uma política institucional, cada vez mais esvaziada, e de uma política não institucional; a primeira, não aceita a ambigüidade, a segunda, comporta a ambivalência. O que está ocorrendo no campo da política é similar ao que se assiste na família nuclear: novas formas de união convivem com a família tradicional e, sobretudo, assim como a falência do casamento e da família nuclear não significa o fim do amor romântico, o esvaziamento dos sindicatos e dos partidos não implicam no fim da política.

Ulrich Bech chama a atenção para a distinção do processo de individualização nas diferentes formações sociais, de tal maneira que na Suécia, Suíça, Holanda e Alemanha o seu estágio é já extremamente elevado, resultado da prosperidade e segurança social que abarca a maior parte da população destes países, diferentemente da sua ocorrência na parte oriental da Alemanha, nos países anteriormente comunistas e no Terceiro Mundo. A elevada escolaridade e boas oportunidades de trabalho, proporcionados pelo *welfare state*, são as bases da construção desta individualização, fatores estes que não estão dados para os habitantes dos países periféricos e semi-periféricos.

Isso implica na necessidade de se considerar as distintas circunstâncias que se abatem sobre o processo de individualização nas diferentes formações sociais. O Brasil, em cuja dinâmica social se assenta parte significativa das reflexões aqui realizadas, difere enormemente daqueles países mencionados por Beck, na medida em que se caracteriza por ser:

Uma sociedade apartada entre um grupo diminuto (1%) da

população que detém o poder econômico (50%) e, por decorrência, o poder político; um grupo populacional intermediário que se beneficia das políticas públicas concedidas pela anterior, com acesso a educação, habitação, saúde, e lazer de qualidade comparada às das sociedades européias de bem-estar social; contrapondo-se a estes, verificam-se dois outros segmentos populacionais: sendo um plasmado em todo o espaço territorial, os produtores da riqueza nas inumeráveis atividades produtivas e que, no fio da navalha, desafia o dia a dia sonhando em reproduzir-se nas condições do grupo anterior; mas, na realidade, está mais próximo do um terço imerso na miséria, que é o segmento formador da base da pirâmide social, os destituídos até mesmo da possibilidade de sonhar. (Arruda, 2005, p. 66).

Esta estratificação da sociedade brasileira torna mais complexo o processo de individualização; de tal maneira que uma parcela de sua população, educada, ocupada e bem remunerada, por isso também mais integrada às transformações do mundo ocidental, é mais autônoma e protagonista de seu destino. Já outros segmentos populacionais, mais ou menos integrados aos fatores determinantes desta individualização, manifestam diferentes graus de autonomia, portanto, de capacidade de decidir e influenciar o curso de sua biografia. Porém, marcado por uma heterogeneidade que torna opaca algumas das mudanças sociais mais claramente manifestadas noutras sociedades, pode-se dizer que, no Brasil, já se percebe o indivíduo e estruturas sociais ambivalentes. Ocorre também na sociedade brasileira o surgimento do sujeito que, cada vez mais individualizado, se preocupa com as questões particulares, locais, e, simultaneamente, tem suas atenções voltadas para as questões universais, como a vida do e no planeta.

Na defesa de alguns princípios éticos comuns, assiste-se a instituição de relações sociais globais, concretizadas na influência sobre o delineamento de políticas públicas dos Estados-nações. Scherer-Warren (1999) aponta os direitos humanos, meio-ambiente, direitos das mulheres e paz como temas que, nos anos 1990, mais despertaram movimentos sociais transnacionais. Este mesmo indivíduo que dá sustentação as forças políticas planetárias também busca influir na política local, e isto feito de uma forma que escapa aos cânones da política tradicional. Um caso emblemáti-

co ocorrido no Brasil foi o movimento espontâneo, ou seja, sem a tutela de organizações formais, de motociclistas que em diferentes cidades brasileiras, no primeiro semestre de 2008, promoveram paralisações no trânsito que duravam cerca de dez minutos, ao obstaculizar o fluxo de carros com as suas motocicletas, tencionando o impedimento do aumento de imposto sobre circulação de veículos. Um movimento que, provavelmente, tenha se iniciado a partir de um grupo de conhecidos ganhou uma dimensão espacial que abrangeu cidades que distam milhares de quilômetros, como São Paulo e Fortaleza, e agregou um número expressivo de pessoas, chegando a ocupar espaços na mídia nacional.

Este exemplo corrobora com o pensamento de Anthony Giddens (2007), quando defende que a democracia representativa não está respondendo às questões cotidianas dos cidadãos, o que provoca uma sensação de que as sociedades contemporâneas parecem estar desorganizadas. Este autor, apoiado na dinâmica social da Grã-Bretanha, defende que não é desorganização o que se verifica agora, mas sim uma organização que se funda nos grupos voluntários defensores de causa única, e cita como exemplo, a crise da encefalopatia espongiforme bovina, em que grupos realizaram movimentos de contestação que não só antecederam como pressionaram as instituições políticas a agirem em defesa dos seus interesses. Eis um indício de que a política praticada exclusivamente nos espaços consagrados na modernidade se desloca das instituições tradicionais e se plasma por todos os lugares, ensejando a que mais pessoas, até mesmo as destituídas de disposições econômicas e simbólicas, participem e influam nas decisões.

Referências

- Arruda, G. C. M. (2005). Lei de cotas e participação da mulher na vida política brasileira. *Revista Suffragium* (1), 64-73.
- Bauman, Z. (2000). *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade: A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Beck, U. (1997). *Modernização reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp.

- Castells, M. (1975). *Problemas de investigação em sociologia urbana*. São Paulo: Martins Fontes.
- Castells, M. (1999). *A era da informação: Economia, sociedade e cultura* (Vol. 2). São Paulo: Paz e Terra.
- Cerqueira, H. E. A., & Amorim, W. A. C. (1997). Evolução e características do emprego no setor bancário. In L. Carleial & R. Valle (Orgs.), *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil* (pp. 399-418). São Paulo: Hucitec.
- Durkheim, E. (2003). *O suicídio*. São Paulo: Martin Claret.
- Elias, N. (1994). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Giddens, A. (2001). *Em defesa da sociologia: Ensaios, interpretações e réplicas*. São Paulo: Unesp.
- Giddens, A. (2007). *Mundo em descontrole: O que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Harvey, D. (1992). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- Hespanha, P. (2001). *Mal-estar e risco social num mundo globalizado: Novos problemas e novos desafios para a teoria social*. In S. B. Santos, *Globalização: Fatalidade ou utopia?* (pp. 163-196). Porto, Portugal: Afrontamento.
- Lipietz, A. (1991). *Audácia: Uma alternativa para o século XXI*. São Paulo: Nobel.
- Marx, K. (2008). *O manifesto comunista*. São Paulo: Martin Claret.
- Offe, C. (1984). *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Rouanet, S. P. (1993). *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Scherer-Warren, I. (1999). *Cidadania sem fronteiras: Ações coletivas na área da globalização*. São Paulo: Hucitec.

Schumpeter, J. A. (1984). *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar.

Wood, J. S. (1993). Toyotismo e/ou japonização. In H. S. Hirata (Org.), *Sobre o modelo japonês* (pp. 79-98) . São Paulo: Ed. da USP.

Recebido em 05 de março de 2010

Aceito em 21 de março de 2010

Revisado em 17 de abril de 2010